

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia **05 de julho de 2016**, na sede da Casa de
3 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com
4 a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em
5 anexo que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, o Sr. Leandro
6 Lapetina Freire, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de todos os
7 presentes e passa a seguir para **Item 1) Apresentação e Deliberação da Ata da**
8 **Assembleia Geral Ordinária de 07/06/2016:** o Sr. Leandro Lapetina Freire,
9 Presidente, relata que a mesma não ficou pronta e ficará para a Assembleia de
10 Julho/2016. **Item 2) Apresentação da participação no IV Simpósio Mineiro de**
11 **Assistentes Sociais: tendências e desafios pela profissional Maria do socorro**
12 **Bizinelli.** Com a palavra a Sra. Maria do Socorro: O encontro reuniu assistentes
13 sociais de todo o Brasil para celebrar os 80 anos do Serviço Social no país e discutir
14 o cenário político e social em um momento em que um golpe parlamentar está
15 instaurado e ameaça conquistas institucionais e de direitos para trabalhadores e
16 sociedade em geral. Organizado pelo CRESS-MG, ABEPSS e ENESSO, em Belo
17 Horizonte, entre os dias 19 e 21 de maio. Mais de 1.000 pessoas (profissionais e
18 estudantes) participaram. Mesa de conjuntura: Conferência Magna: 80 anos de
19 Serviço Social: debates e tendências na cena contemporânea: Palestrante: Maurílio
20 Castro de Matos – Assistente Social, professor adjunto da Universidade do Estado
21 do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre (UFRJ) e doutor em Serviço Social (PUC São
22 Paulo). Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Palestrante:
23 Marcelo Braz - Assistente Social, professor da UFRJ, mestre e doutor em Serviço
24 Social (UFRJ) e Pós-doutorado em Economia - ISEG/ULISBOA; Palestrante: Raquel
25 Raichelis – Assistente Social, professora da PUC São Paulo, mestre e doutora em
26 Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-
27 doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona/UAB. O início dos trabalhos
28 reforçou a atual conjuntura. O palestrante Marcelo Braz lembrou que no exato dia
29 completávamos uma semana no Governo Temer e ironizou nossa atual bancada no
30 Congresso: Bancada religiosa, do futebol e dos empresários rurais. Deixa clara sua
31 opinião a respeito do impeachment ser ilegítimo e uma manobra do capital para tirar
32 do poder um governo que não o favorece. Apesar dos pontos negativos, traz como
33 positivo o movimento que está nas ruas e que demonstra que o Brasil não é um país
34 harmonioso como a mídia tenta mostrar. Existem conflitos e luta de classes e
35 precisamos conhecer os dois lados. Braz pontuou as dificuldades que
36 encontraremos no campo do trabalho, pois, uma das medidas propostas no
37 programa Ponte para o Futuro é reduzir os custos de o trabalho aumentar a
38 produtividade, reprimir as minorias e readequar as Políticas Sociais (nosso
39 instrumento de intervenção como Assistentes Sociais) em um programa neoliberal,
40 seletivo e precário. As três linhas de prioridade de seu governo serão: ordem e
41 progresso, privatização, estabelecimento da “democracia da eficiência”. Reafirmou-

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

42 se a importância do Serviço Social como uma profissão atualizada e articulada na
43 luta pelos avanços das Políticas Sociais, tais políticas não teriam evoluído sem a
44 existência da atuação da profissão. A palestrante que o sucedeu, Raquel Raichellis,
45 reforçou a força da profissão no Brasil e a ameaça que sofremos pelo sistema
46 capitalista que quer dismantelar as políticas para o povo. Comentou os cortes no
47 Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e o cancelamento da política de
48 Valorização do Salário Mínimo. Afirmou, por fim, que a Constituição Federal não
49 cabe no PIB brasileiro. Painel: Crise capitalista e a reprodução do trabalho na
50 atualidade. No dia seguinte, 20, as atividades começaram nesse painel. "É preciso
51 resistir contra a barbárie que estamos vivendo hoje no Brasil. E essa resistência
52 deverá ser feita em cada local de trabalho. Estamos aqui pela humanidade!", afirmou
53 Elaine Behring durante sua apresentação. O professor Ricardo Antunes trouxe
54 reflexões sobre o trabalho e o capitalismo, destacando a questão da industrialização
55 dos serviços, e de terceirização, informalidade e precarização do trabalho. "Do
56 século XX para XXI vimos nascer o 'proletariado não industrial de serviços'",
57 analisou. Palestrantes: Elaine Behring - Mestre e doutora em Serviço Social pela
58 Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós doutora em Sociologia e Ciência
59 Política na Universidade de Paris VIII, CRESPPA – CSU. Foi presidente da
60 ABEPSS, na gestão 2009-2010 e do CFESS (1999-2002). É professora adjunta da
61 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Palestrante: Ricardo Antunes - Professor
62 Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Os
63 palestrantes afirmaram que no Brasil existe um desemprego estrutural, que sempre
64 esteve presente e continuará. E que além de pensar o desemprego, temos que
65 pensar nos recortes da sociedade que são ainda mais afetados: negros/as,
66 indígenas, imigrantes. Conceituaram as formas de trabalho como regressivas, que
67 tornam os trabalhadores alienados e não avançam no campo dos direitos. Apesar
68 dos espaços de trabalho serem exaustivos para grande maioria da classe
69 trabalhadora, teremos sorte se conseguirmos nos manter em empregos. Sobre a
70 terceirização, afirmaram que é um modo de "aluguel de escravos modernos", pois,
71 acaba deixando abalado o campo dos direitos do trabalhador. O trabalho informal é
72 desprovido de direitos e a terceirização é a porta para que isso aconteça.
73 Encerraram a fala afirmando que em muitos espaços de trabalho, os trabalhadores
74 se encontram a margem da legislação. Nessa conjuntura estamos perdendo
75 conquistas dos movimentos sociais, e não do Governo PT. Painel: Ética e sigilo no
76 cotidiano profissional. O dia se seguiu com as falas de Yolanda Guerra e Maurílio
77 Castro de Matos. O tema foi abordado por Yolanda Guerra sob o contexto do
78 acirramento da luta de classes, uma vez que a crise vivida hoje no Brasil deve ser
79 pensada de forma econômico-financeira, mas também sob o ponto de vista dos
80 valores. "O sigilo tem que ser tratado a partir de seus fundamentos e não como algo
81 operacional", destacou. Neste mesmo sentido, Maurílio também falou sobre a
82 importância de se entender o momento atual para entender melhor o tema e afirmou:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

83 “O conservadorismo se retroalimenta do neoliberalismo”. Palestrante: Yolanda
84 Guerra - Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora
85 Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos âmbitos da Graduação e
86 da Pós-Graduação. Contextualizaram a situação atual, lembraram os cortes nos
87 programas de habitação e a importância dos movimentos de bairro. O
88 empoderamento de mulheres, como acontece no Projeto Gota Rosa, é uma das
89 formas de tornar cidadãos/os mais ativos politicamente para lutar por seus direitos. A
90 criminalização da pobreza é o movimento onde as famílias são culpabilizadas por
91 sua situação, onde não conseguem se inserir em programas de assistência, cultura,
92 esporte, profissionalização. É a partir de ONGS, Políticas e movimentos sociais que
93 aos poucos se quebra essa imagem errônea das classes baixas, em que são
94 associadas a “perigo”. Yolanda Guerra em sua fala pontuou em diversos momentos
95 a importância da Assistente Social supervisionar estagiários, passar seu
96 conhecimento sobre a profissão e acerca da instituição em que está inserida. Esta é
97 uma forma de garantir que sabemos quem são os assistentes sociais em formação e
98 auxiliares para que nosso Projeto Ético Político seja seguido. Explicou que devemos
99 abarcar o objetivo da profissão, sem deixar nossos próprios objetivos de lado, pois,
100 possuímos nosso Código de Ética que prevê os limites e ideias da atuação.
101 Reforçou a necessidade das instituições (públicas, privadas, Ongs...). Garantirem as
102 condições técnicas de trabalho. E não apenas limitando-se ao profissional, mas
103 chegando até o usuário e garantindo a ele as condições adequadas do atendimento.
104 Percebemos que estamos agindo conforme o que rege o Código de Ética,
105 garantindo um atendimento com uma duração legítima e tendo as articulações
106 necessárias com outros serviços quando necessário, sempre visando melhorar
107 nossa intervenção. Painel: Formação Profissional - desafios e exigências atuais: O
108 debate trouxe importantes reflexões sobre a interlocução entre a formação e a
109 prática profissional, destacando o predomínio da formação instrumental voltada para
110 satisfazer interesses imediatos em detrimento da formação crítica. O crescimento do
111 número de cursos à distância, EAD, e sua repercussão na qualidade da formação
112 também foi um dos destaques deste painel. Palestrante: Raquel Sant'Ana - é
113 Assistente Social, professora da Universidade Federal do Maranhão, doutora e livre
114 docente em Serviço Social, professora adjunta da Faculdade de Ciências Humanas
115 e Sociais de Franca- UNESP. Atual presidente da ABEPSS; Palestrante: Marina
116 Maciel Abreu – Assistente Social, mestre em Serviço Social pela PUC Rio de
117 Janeiro, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São
118 Paulo. Lembraram o Currículo da Profissão de 82: conservador, tecnicista, com
119 influência norte-americana. O movimento estudantil da época foi essencial para os
120 avanços conquistados nesse modelo de atuação profissional. A ruptura com esse
121 currículo foi em 1996: afirmou-se a dimensão investigativa no Serviço Social,
122 fortaleceu a teoria social em que se baseia, fortaleceu-se os movimentos de luta da
123 profissão. O serviço social tem legado cultural e político, por isso é importante

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

124 estarmos sempre nos atualizando, pois, a sociedade está em constante movimento
125 e apenas com a participação em espaços de congresso, simpósio, palestra,
126 podemos garantir a continuidade da formação. As palestrantes criticaram o Ensino a
127 Distância, pois não garante um profissional sem preconceitos e que está atualizado.
128 Falaram das políticas públicas no Brasil, que estão postas de um modo em que a
129 responsabilidade com a criança, adolescente, idoso, são primeiramente da família.
130 Criou-se então o conceito “Familismo” que trata dessas questões. A principal
131 dificuldade é trabalhar com um usuário que não possui família ou não quer se
132 vincular a tal. As políticas públicas não devem potencializar o atendimento, devem
133 ser o responsável primário na proteção social. Por conta disso, nosso trabalho acaba
134 sendo o de fortalecimento de vínculos principalmente, para tentar intervir com
135 qualidade. A população idosa é a que mais sofre com o familismo, pois, muitas
136 vezes a família que possuem não dão condições de vida, nem seguridade social.
137 Pelo contrário, os maltratam e utilizam de seus benefícios. Encerramento:
138 Caminhando para o fim do Simpósio, o auditório principal foi palco para uma
139 homenagem aos 80 anos do Serviço Social no Brasil. As assistentes sociais Ana
140 Queiroga, Leila Lima e Rosângela Batistoni, importantes representantes do Método
141 BH, foram homenageadas e compartilharam suas histórias relacionadas ao
142 importante projeto profissional surgido em Minas Gerais durante o período da
143 ditadura e fizeram reflexões sobre o atual contexto político do país. A assistente
144 social Ana Mourão, conselheira e membro da gestão “Seguindo na Luta” também
145 recebeu homenagem, e foi convidada para homenagear as colegas e compor a
146 mesa. A conferência de encerramento do 4º Simpósio Mineiro de Assistentes
147 Sociais abordou o tema "O cotidiano de trabalho da/o assistente social: questões e
148 dilemas para o exercício profissional“. Palestrantes: Ana Elizabete Mota - professora
149 Titular do Departamento de Serviço Social da UFPE doutora em Serviço Social pela
150 PUC São Paulo, pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ivanete
151 Salete Boschetti - Assistente Social, professora Associada III da Universidade de
152 Brasília, mestre em Política Social pela Universidade de Brasília, doutora e pós-
153 doutorado em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de
154 Paris. Maria Lúcia Martinelli - Assistente Social, professora da PUC São Paulo,
155 mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São
156 Paulo. Pós-doutorado em Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas pelo
157 Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Trouxeram o papel
158 importantíssimo da mulher nas lutas por direitos. Um panorama do cenário atual,
159 deixando claras as dificuldades que estão a seguir para quem lida com a população.
160 Já que são os projetos sociais os primeiros a sentirem os efeitos da crise. Apesar de
161 trazerem os pontos negativos, o clima era positivo. Pois, apesar da crise que
162 estamos enfrentando e de todas as questões atuais, o auditório estava cheio de
163 profissionais que buscavam se atualizar perante as novas e complexas questões
164 políticas do Brasil. A partir desse movimento que devemos continuar nosso trabalho

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

165 ético e comprometido com a classe trabalhadora. Foi muito enriquecedor e
166 produtivo, pudemos concluir que o estado de Minas Gerais está defasado se
167 comparado com os avanços que a Baixada Santista apresenta, como na luta pelas
168 30 horas já garantidas aqui, mas os palestrantes conceituados que apresentaram
169 suas falas trouxeram muita informação e acrescentaram mais embasamento teórico
170 para lidarmos com o cotidiano profissional. Sr. Leandro, presidente, agradece a
171 presença e a disponibilidade em compartilhar as informações e passa para o **Item 3)**
172 **Apreciação e Deliberação do demonstrativo financeiro do Fundo Municipal de**
173 **Assistência Social – 1º trimestre – 2016.** Sr. Leandro, presidente, informa que fará
174 a apresentação visto a que a coordenadora Sra. Ana Paula encontra-se afônica.
175 **NOTA EXPLICATIVA DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO**
176 **MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . PERÍODO: 1º TRIMESTRE DE 2016.**
177 Orçamento Inicial previsto para 2016 - R\$ 17.391.640,00 distribuído da seguinte
178 forma: 08%- Recursos Estaduais- FEAS - R\$ 1.513,825,18; 22% - Recursos
179 Federais- FNAS - R\$ 3.759.640,00; 70% - Recursos Municipais - FMAS-R\$
180 12.118.364,82; Receita total apurada no trimestre: R\$ 3.931.065,95 . Executado no
181 trimestre: R\$ 4.505.998,95, sendo R\$ 1.906.731,73 referente ao orçamento 2016
182 (despesas empenhadas e pagas em 2016) e R\$ 2.599.267,22 referente a restos a
183 pagar (despesas empenhadas em 2015 - convênio 2015) e pagas em 2016. FEAS -
184 Proteção Social Básica: Receita - montante: R\$ 57.066,93, dos quais: R\$ 19.000,00
185 - referentes às parcelas do cofinanciamento de 2015 (12ª parcela);R\$ 38.000,00 -
186 referentes às parcelas do cofinanciamento de 2016 (1ª e 2ª parcelas);R\$ 66,93 -
187 juros de aplicação financeira; Despesas: R\$ 57.314,98, sendo: R\$ 19.000,000 –
188 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas referente ao
189 cofinanciamento de 2015 englobando o pagamento. 12ª parcela; R\$ 38.000,00 –
190 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas referente ao
191 cofinanciamento de 2016 englobando o pagamento das 1ª e 2ª parcelas, conforme
192 abaixo; 314,98 – Devolução efetuada ao Estado referente a recursos não utilizados
193 (rendimento de aplicação financeira do exercício de 2015). FEAS - Proteção Social
194 de Média Complexidade: Receita montante: R\$ 98.354,72, dos quais: R\$ 32.108,32 -
195 referentes às parcelas do cofinanciamento de 2015 (12ª parcela);R\$ 64.216,68 -
196 referentes às parcelas do cofinanciamento de 2016 (1ª e 2ª parcelas);R\$ 1.962,07 -
197 juros de aplicação financeira; R\$ 67,65 – devolução efetuada ref. despesa glosada
198 pela DRADS (JUSTIFICATIVA: despesa com recâmbio de pessoas em situação de rua
199 (aquisição de 03 passagens), cujos comprovantes haviam sido fotografados pelo
200 celular, com baixa resolução, e, portanto, as informações necessárias para a
201 prestação de contas pertinente ficaram ilegíveis. (Valor de cada passagem: R\$22,55
202 {x03}). Despesas: R\$ 94.816,24, sendo: R\$ 94.816,24 – Sendo R\$ 78.931,04
203 referente a despesas com serviços do Centro de Referência Especializado de
204 Assistência Social – CREAS e Programa de Atenção Especializada em Famílias e
205 Indivíduos – PAEFI, (cofinanciamento dos serviços 2015) e R\$15.885,20 referente

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

206 ao cofinanciamento dos serviços 2016. FEAS - Proteção Social Alta Complexidade:
207 Receita montante: R\$ 225.761,10, dos quais: R\$ 75.043,74 - referentes às parcelas
208 do cofinanciamento de 2015 (12ª parcela); R\$ 150.402,44 - referentes às parcelas do
209 cofinanciamento de 2016 (1ª e 2ª parcelas); 2. R\$ 314,92 - juros de aplicação
210 financeira. Despesas: R\$ 224.606,59, sendo: R\$ 222.200,38 – Sendo R\$ 74.066,84
211 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas referente ao
212 cofinanciamento 2015 e R\$148.133,54 repassados as entidades socioassistenciais
213 conveniadas referente ao cofinanciamento 2016; R\$ 2.406,21 – Despesa de
214 alimentação para atender as necessidades da População em situação de Rua –
215 SEABRIGO-CA, conforme previsto no plano de aplicação do convênio, despesa de
216 restos a pagar 2015. FNAS - Proteção Social Básica: Receita montante: R\$
217 101.770,31, sendo: R\$ 3.836,79 - referente ao cofinanciamento 2014, englobando
218 os recursos destinados ao IGD SUAS – (12ª parcelas de 2014); R\$ 34.806,00 -
219 referente ao cofinanciamento 2014, recursos destinados a execução do ACESSUAS
220 (6ª a 8ª parcelas); R\$ 45.885,89 - referente ao cofinanciamento de 2015,
221 englobando os recursos destinados ao IGD Bolsa Família – (10ª e 11ª parcelas de
222 2015); R\$ 16.941,17- referente a juros de aplicação financeira convênio 2015; R\$
223 300,46 - Devolução de recursos não utilizados pelo *Educandário Santista* -
224 *PROJETO ARTESSENCIA*. Despesas: R\$ 228.742,24, sendo: R\$ 51.972,68 -
225 repassados as entidades socioassistenciais do cofinanciamento de 2015. R\$
226 176.769,56 – Despesas dos serviços da Secretaria de cofinanciamento, sendo R\$
227 155.498,33 do convênio 2015 (restos a pagar) e R\$ 21.271,23 recursos do convênio
228 2016. FNAS - Proteção Social Média Complexidade: Receita montante: R\$ 9.467,58,
229 sendo: 1. R\$ 9.467,58 – referente a juros de aplicação financeira. Despesas: R\$
230 361.351,67, sendo: R\$ 39.900,00 - repassados a entidade “ASPPE” cofinanciada em
231 2015, referente ao repasse da 10ª a 12ª parcelas/2015 (R\$ 15.000,00 e R\$
232 24.900,00). R\$ 321.451,67 – sendo R\$ 294.818,21 Referente a despesas com os
233 serviços da Secretaria cofinanciados com recursos 2015 e R\$ 26.633,46 ref.
234 despesas cofinanciadas com recursos 2016. FNAS - Proteção Social de Alta
235 Complexidade: Receita montante: R\$ 217.410,09; R\$ 212.000,00 - referente ao
236 cofinanciamento 2015, englobando os recursos destinados aos Piso de Alta
237 Complexidade I - R\$ 162.000,00 (6ª a 8ª parcelas/15) e R\$ 50.000,00 destinados ao
238 Piso de Alta Complexidade II (12ª parcela/15). R\$ 5.410,09 - referente a juros de
239 aplicação financeira. Despesas: R\$ 318.337,95; R\$ 219.565,67 – Sendo R\$
240 73.188,51 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas referente ao
241 cofinanciamento de 2015 e R\$ 146.377,16 repassados as entidades
242 socioassistenciais conveniadas referente ao cofinanciamento de 2016. R\$
243 98.772,28 – Sendo R\$ 84.349,08 ref. a despesas com os serviços da Secretaria
244 cofinanciados em 2015 (restos a pagar) e R\$ 14.423,20 cofinanciados com recursos
245 2016. FMAS – CONTRAPARTIDA MUNICIPAL E CO-FINANCIAMENTO
246 MUNICIPAL - Receita montante: R\$ 3.221.550,08 - referente à contrapartida da rede

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

247 de serviços cofinanciados, sendo: R\$ 563.082,31 – Receita apurada para cobrir as
248 despesas com repasses para as entidades socioassistenciais conveniadas, sendo
249 R\$ 150.454,16 referente a despesas de convênios 2015, inscritas em restos a pagar
250 (despesas 2015) e R\$ 412.628,15 repassados para as Entidades conforme
251 convênios 2016 (despesas 2016); R\$ 2.657.746,97 – Receita apurada para cobrir as
252 despesas com os serviços da Secretaria, sendo R\$ 1.574.682,16 referente a
253 despesas *empenhadas* em 2015 e *pagas* em 2016 (restos a pagar) e R\$
254 1.083.064,81 *empenhadas e pagas* em 2016; R\$ 720,80 – referente a juros de
255 aplicação financeira do cofinanciamento municipal; FMAS - Proteção Social Básica -
256 DESPESA TOTAL DO TRIMESTRE: R\$ 1.390.467,87, conforme: R\$ 173.444,67 –
257 sendo R\$ 55.123,33 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas
258 referente ao cofinanciamento de 2015 (despesas de restos a pagar) e R\$
259 118.321,34 referente ao cofinanciamento de 2016 (convênios 2016); R\$
260 1.217.023,30 – Sendo R\$ 634.720,86 ref. despesas com os serviços da Secretaria
261 cofinanciados em 2015 (restos a pagar) e R\$ 582.302,44 cofinanciados com
262 recursos 2016; FMAS - Proteção Social Média Complexidade - Despesas: R\$
263 553.191,62, sendo: R\$ 8.127,35 - repassados a entidade “ASPPE” cofinanciada em
264 2015, referente ao repasse da 12ª parcela; R\$ 545.064,27 - Sendo R\$ 390.218,04
265 ref. a despesas com os serviços da Secretaria cofinanciados em 2015 (restos a
266 pagar) e R\$ 154.846,23 cofinanciados com recursos 2016. FMAS - Proteção Social
267 Alta Complexidade - Despesas: R\$ 1.277.169,69, sendo: R\$ 381.510,29 - sendo R\$
268 95.330,83 repassados as entidades socioassistenciais conveniadas referente ao
269 cofinanciamento de 2015 (despesas de restos a pagar) e R\$ 286.179,49 referente
270 ao cofinanciamento de 2016 (convênio 2016); R\$ 895.659,40 – Sendo R\$
271 549.743,26 ref. a despesas com os serviços da Secretaria cofinanciados em 2015
272 (restos a pagar) e R\$ 345.916,14 cofinanciados com recursos 2016. Dirimidas todas
273 as dúvidas, o demonstrativo foi aprovado. **Item 4) Apresentação Plano de Ação do**
274 **Fundo Nacional de Assistência Social.** Sr. Leandro, presidente, apresenta o Plano
275 devidamente preenchido do exercício 2016. Dirimidas todas as dúvidas, o plano foi
276 aprovado. **Item 5) Relato das Comissões Temáticas. Comissão de**
277 **Financiamento:** Ocorrida no dia 28/06/2016 teve como pauta a apreciação do
278 Relatório de execução financeira do FMAS apresentado hoje nesta assembleia;
279 **Comissão de Política Assistência Social:** Ocorrida no dia 27/06/2016 teve como
280 pauta a análise dos processos de revalidação; **Comissão de Legislação:** Ocorrida
281 no dia 09/06/2016 teve como pauta a atualização da Resolução nº 109/2011;
282 **Comissão de Acompanhamento das Deliberações da Conferência:** Ocorrida no
283 dia 15/06/2016 teve como pauta a avaliação do cumprimento das propostas. Sr.
284 Leandro, presidente, apresenta a avaliação realizada com as devidas justificativas e
285 encaminhamentos. Sra. Tais, representante do CMDCA, destaca a proposta de
286 assembleias itinerantes e sugere uma assembleia conjunta com o CMDCA que
287 também está articulando uma itinerante em Caruara. Sra. Tais dará retorno a este

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08 / 2016

288 conselho visto estar previsto em pauta a definição da itinerante na próxima
289 assembleia do CMDCA que ocorrerá dia 07.05.2016. **Item 6) Informes do Gestor.**
290 Sr. Leandro, presidente, informa que o Sr. Rodrigo, coordenador da COGESUAS,
291 não está presente mas pede para as instituições com interesse em manter convenio
292 em 2017 para se atentarem quanto ao marco regulatório e as alterações necessárias
293 dos Estatutos se colocando a disposição para os devidos esclarecimentos. **Item 7)**
294 **Informes do CMAS.** Sra. Adriana, secretaria executiva, destaca a necessidade em
295 se concluir os processos de revalidação. Sugere a realização de um mutirão
296 conforme reunião da comissão. Colocam-se a disposição as conselheiras: Silvana,
297 Silmara, Marilene Leonel, Leandro e Luana que ficou de confirmar presença. Fica
298 agendado para o dia 15/07/2016 as 9h00. Sr. Leandro, presidente, destaca a
299 necessidade do compromisso de todos os conselheiros em participar. A Conselheira
300 Silvana destaca a necessidade em se fazer o plano da comissão e a necessidade da
301 presença da Coordenadora. Sr. Leandro, presidente, coloca que a comissão pode
302 escolher outra coordenação se for o caso. Em continuidade aos informes, Sr.
303 Leandro informa que solicitou a presença da entidade Vó Benedita – Unidade II para
304 os encaminhamentos necessários frente ao Serviço de Convivência e
305 Fortalecimento de Vínculos. Destaca que no final do exercício 2015 este Conselho
306 publicou uma Resolução Normativa sobre o SCFV que definiu procedimentos para
307 as entidades que já desenvolviam os serviços e a necessidade do reordenamento
308 dentro do prazo de 06 meses. Em maio deste ano o Conselho percebeu que a Casa
309 Vó Benedita não havia atendido as orientações da normativa e oficiou a mesma.
310 Como a solicitação não foi atendida em conformidade a entidade foi convidada a
311 comparecer nesta assembleia para os devidos esclarecimentos e encaminhamentos.
312 Sra. Elizabeth Rovai, presidente da Casa Vó Benedita apresenta sua justificativa que
313 é aceita pela plenária. A plenária, mediante as colocações da Sra. Elizabeth entende
314 a necessidade de se ampliar o prazo para o cumprimento da Resolução Normativa e
315 delibera que o prazo passe para 30.04.2017. **Item 8) Assuntos Gerais:** Nada a
316 apontar. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pelo Presidente
317 Leandro Lapetina e eu Adriana Maria Fraga Lopes, lavrei a presente ata, a qual se
318 apresenta assinada por mim e pelo Presidente, Leandro Lapetina.

319

320

321 Leandro Lapetina Freire

Adriana Maria Fraga Lopes

322 Presidente

Secretária Executiva